

Renegociação só no final de 84

Da sucursal do
RIO

O governo brasileiro só abrirá a discussão sobre renegociação da dívida externa de 1985 no final do ano, afirmou ontem no Rio alta fonte governamental, acrescentando que isso, porém, não impede que se criem e analisem idéias voltadas para se obter melhores condições de negociação, como redução de taxas de juros e prazos maiores para pagamento.

Segundo a mesma fonte, o momento atual é impróprio para qualquer tipo de discussão sobre renovação de dívida, até porque indagam "com quem vamos conversar"? Questões como taxas menores e prazos maiores são irrelevantes, disse, quando tratadas fora do momento certo, pois avaliações como estas têm de ser feitas quando os negócios estão sendo acertados.

Acrescentou que posições políticas como dos presidentes da Argentina, Brasil, Colômbia e México, pedindo redução dos juros praticados no sistema financeiro internacional, têm peso como repercussão, "mas nem sempre sensibilizam banqueiros". Mesmo assim, considerou que o exercício de certas formas de pressão pode ajudar os países devedores.

Na opinião da mesma fonte governamental, o que influirá muito para que o Brasil possa barganhar mais, na renegociação da sua dívida externa, será o acerto na sua recuperação econômica, tendência que se vem firmando progressivamente, apesar da distorção ocorrida no final do mês de abril, quando foram registrados piques expansionistas na moeda (base monetária) e nos meios de pagamento (depósito à vista nos bancos comerciais mais dinheiro em poder do público).

Esta tendência de recuperação da economia, segundo a mesma fonte, está-se processando com a importante ajuda das operações do governo no mercado aberto, razão pela qual considerou infundadas as reclamações de que está havendo excesso da autoridade monetária na colocação dos títulos do tesouro nacional. "O Banco Central está fazendo o que tem de fazer, tirando do mercado financeiro o excesso de dinheiro provocado, principalmente, pela contínua conversão de dólares em cruzeiros, resultantes dos seguidos superávits da balança comercial."

Dessa forma, o Banco Central continuará realizando leilões informais (*go-around*) de títulos do tesouro, tática que possibilitou neste mês corrigir as distorções monetárias ve-

rificadas em abril último. "A liquidez está boa, e o *open* é o melhor caminho para o exercício do controle monetário", acrescentou.

A luta do governo em querer "enxugar" a economia de todas as formas possíveis está criando problemas de liquidez, como no Banco do Brasil, que não tem mais recursos para atender seus programas de financiamento à exportação. Isso, porém, segundo a mesma fonte governamental, não está ocorrendo, pois o Banco do Brasil atua dentro do seu orçamento fixado mês a mês, dentro de limites de expansão normais.

Segundo explicou, o que não pode ser financiado por seus recursos orçamentários, o Banco do Brasil tem de encontrar soluções no sistema financeiro. E uma dessas soluções foi a aprovação pelo Conselho Monetário Nacional, das emissões de Certificados de Depósito Bancário (CDBs). "Essa medida servirá, basicamente, para inverter o processo de resgate que estava havendo no Banco do Brasil, com relação aos recibos de Depósito Bancário (RDBs), em maior intensidade do que colocação. Com a emissão de CDB o Banco do Brasil melhora substancialmente sua captação no mercado financeiro", acrescentou a fonte do governo.